



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00082

Brasília, 18 de maio de 2016.

Objetivo da reunião: Comitê Gestor do PJe

Horário e local: 10h - CJF Sala 201

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Leonardo Ferreira de Oliveira	ASSESSOR A	ASESP-IGI
Lúcio Melre da Silva	SECRETARIO	STI
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Representante	TRF1
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (yuri@trf1.jus.br)	Titular - Comitê	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF1
Alexandre Marques Corrêa (alexandre.marques@trf2.jus.br)	Diretor da Subsecretaria de Gestão de Sistemas Judiciários	TRF2
Desembargador Federal Paulo Sérgio (psdoming@trf3.jus.br)	Coordenador do Comitê Gestor do PJe	TRF3
Alexandre do Nascimento da Silva (ansilva@trf3.jus.br)	Diretor da SEJU	TRF3
Jader Carlos Videira (jcvideir@trf3.jus.br)	Comitê Gestor Regional	TRF3
David Panessa Baccelli (ainf@trf3.jus.br)	Assessor de Gestão dos Sistemas de Informação	TRF3
Aurea Lucia Machado Honda	Diretora da Subsecretaria de Desenvolvimento de Sistemas	TRF3
Juiz Federal Paulo Paim da Silva (paulosilva@trf4.jus.br)	Representante Regional	TRF4

Cristian Ramos Prange (crp@trf4.jus.br)	Diretor da Diretoria de Informática	TRF4
Juliana Bonato dos Santos (jbs@trf4.jus.br)	Diretora da Divisão de Sistemas de Processo Eletrônico	TRF4
Telma Motta (trmotta@trf5.jus.br)	Diretora da Secretaria Judiciária	TRF5
Arnaldo Leite Pereira (alp@trf5.jus.br)	Subcomissão de Parametrização	TRF5

Pauta

1. Orçamento do PJe

Solicitação dos recursos retidos no CNJ e Redistribuição proporcional da dotação prevista para o TRF2, sendo 65,0% para a 1ª Região, 17,8% para a 3ª Região e 17,2% para a 5ª Região. O TRF1 propõe de seja postulada junto ao CNJ a aplicação dos recursos orçamentários destinados ao PJe para custeio de todas as despesas referentes à implantação do sistema. Edimilson informou sobre as tratativas do repasse, estando pendente a decisão sobre se seria por meio de descentralização ou por crédito, conforme informação obtida junto ao Secretário da SPO/CJF. Marcos Barbosa detalhou a questão informando que os custos de infraestrutura básica consomem uma parte considerável dos recursos e que não há previsão orçamentária para tal. Dr. Marcelo argumenta que se solicite ao CNJ a flexibilização ou a ampliação do escopo da ação orçamentária do PJe ou que se inclua a Justiça Federal na ação orçamentária que atualmente se destina ao repasse de equipamentos para os tribunais de justiça que adotam o PJe. Melre aduz que incluir a JF na ação das justiças estaduais é difícil tendo em vista o histórico e a fundamentação da ação. O Comitê deliberou por propor ao CNJ a flexibilização do escopo da ação orçamentária do PJe de maneira a contemplar as despesas com infraestrutura básica no CPD e destinada ao ambiente de produção do PJe que incluem "storage", servidor, link, entre outros recursos quantificáveis e exclusivos para o PJe.

2. Indicador de acompanhamento do PJe

O TRF1 propõe a adoção de dois indicadores, já discutidos em outras ocasiões, para acompanhar a implantação do PJe. O CJF observa que já existe um indicador estabelecido, que se encontra em fase de coleta junto aos TRFs. Leonardo Oliveira explica como está sendo operacionalizada a coleta dos dados para o indicador pelos tribunais. Foi indicado que os dados devam ser coletados por planilhas e não por preenchimento manual. O Comitê Gestor delibera por adotar os dois indicadores: 1 - Número de processos distribuídos no PJe sobre o número total de processos distribuídos e (em fase de coleta); 2 - Total de unidades judiciárias onde o PJe já foi implantado

3. Relato da implantação

TRF1 - Contabiliza 16.443 processos no 1º grau e 4.132 processos no 2º grau. Prevista a implantação em 16 de maio no Piauí e no Pará ainda para o primeiro semestre. Para o segundo semestre será na Bahia e em Minas Gerais e não como constou anteriormente, devendo assim ser concluída a instalação em todas as seções e subseções da 1ª Região em 2016. Marcos Barbosa relata como risco o limite na emissão de certificados digitais já que o convênio com a Caixa Federal, o órgão expedidor, deve expirar em breve. Entretanto, as negociações com a CEF estão em andamento. TRF3 - Contabiliza 1.100 processos no 1º grau e 1.836 no segundo grau. O TRF3 esclarece que o maior número no segundo grau se deve aos processos de competência delegada do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Em Campinas e Jundiá a instalação foi em 02 de maio e em Piracicaba em junho. TRF5 - Relata que 70% da distribuição do 2º grau e 98% da distribuição das ações cíveis do 1º grau estão no PJe. As ações criminais ainda são facultativas visto dificuldades com mandado de prisão. Em execução fiscal, desde 23/4, está em produção com a Fazenda Nacional pelo MNI. Informado

também sobre a digitalização do acervo em papel para migração do suporte físico ao PJe e que isso pende de ajustes da autuação para que não ocorra contagem em duplicidade. TNU - Desde 3 de maio está recebendo processos da 4ª Região pelo MNI e já tem cronograma de implantação para as demais regiões.

4. Informes

4. Informes Informes Dr. Paulo informa que a versão 2.0 do PJe será implantada no CNJ no dia 27 de maio. Informa também que em contato com o Dr. Bráulio do CNJ solicitou e obteve promessa de solução das issues. Edimilson reitera a necessidade preenchimento do relatório de acompanhamento do projeto. Informa também que a atualização da composição do Comitê Gestor do PJe pende apenas de deliberação da portaria de designação pelo Ministro Corregedor-Geral. Informa sobre a designação do Leonardo Santos para a Comissão Técnica de Negócio (Portaria [CJF-POR-2016/00165](#)). Telma questiona sobre a proposta de apresentação do PJe 2.0 e outros sistemas nos mesmos moldes em que foi realizado no Tribunal de Justiça do Paraná para a justiça estadual. Foi solicitado que Melre avalie juntamente com o SIJUS a possibilidade de eleger as contratações de JBoss, PostgreSQL (EnterpriseDB) e Red Hat Linux como prioritárias para a Justiça Federal.

5. Próxima reunião

Marcada para o dia 09 de junho de 2016 às 10h.

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Apresentar informações técnicas para fundamentar o pedido de flexibilização dos recursos orçamentários do PJe.	Marcos Barbosa	20/05/2016
1.2	Encaminhar proposta de flexibilização do ação orçamentária do PJe ao CNJ	Secretaria Executiva	27/05/2016
4.1	Solicitar ao CNJ viabilizar a apresentação das funcionalidades do PJe para a Justiça Federal.	Secretaria Executiva	27/05/2016

MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS
CHEFE DE SECAO
SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIO
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Classif. documental | 40.07.01.01